

Os parlamentos se (re)conectam aos cidadãos: um modelo metodológico de estudo do desenvolvimento de mecanismos digitais para participação política

Isabele Batista Mitozo

Doutora, Universidade Federal da Bahia – UFBA

A internet tem se constituído como uma plataforma adotada pelas instituições políticas, seja para alcançar votos em eleições ou para fortalecer a legitimidade das instâncias representativas. Estudar esses novos fenômenos, todavia, necessita de um desenho metodológico próprio, que lance mão tanto de elementos do campo de estudos em política quanto em comunicação. Desse modo, o texto tem por objetivo apresentar uma proposta metodológica de investigação acerca da abertura à participação política em ambiente online, promovida por parlamentos em âmbito nacional. A abordagem apresentada propõe uma análise de elementos qualitativos, como a informação que se pode depreender por meio de documentos e entrevistas com consultores legislativos, e também a observação quantitativa das próprias ferramentas online desenvolvidas pelas referidas instituições. A partir disso, encontram-se elementos da dinâmica interna dos parlamentos responsáveis pelo desenvolvimento dos mecanismos analisados, e são criados índices para avaliar a qualidade das referidas ferramentas.

Palavras-chave: parlamentos e e-participação política; desenho de pesquisa; análise qualitativa; análise quantitativa.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que um “conceito consiste em uma combinação complexa de fenômenos, e não em um item simples e diretamente observável” (HAMLIN, 2011, p.16), desenvolver uma pesquisa é ser capaz de transformar conceitos em indicadores analisáveis, a fim de atingir um (ou mais) dos sete objetivos apontados por Ragin (2007/1994): 1) identificar padrões, 2) refinar teorias, 3) fazer predições, 4) interpretar fenômenos, 5) explorar diversidade, 6) dar voz ao objeto de pesquisa, 7) avançar em relação às teorias vigentes.

Este texto consiste na apresentação de uma proposta de desenho metodológico para pesquisas que objetivem analisar, comparativamente, casos de Parlamentos nacionais que têm se utilizado de mecanismos digitais para promover participação política pós-eleitoral aos cidadãos. Desse modo, tem-se por finalidade expor brevemente as diretrizes procedimentais de análise adotadas por uma investigação desse teor, que tome como meta

o quarto fator apontado por Ragin: compreender um fenômeno, nesse caso, o desenvolvimento e o uso de mecanismos de participação pelos parlamentos.

É necessário destacar que o desenho analítico proposto foi desenvolvido para uma tese de doutorado que tinha por objetivo analisar comparativamente o desenvolvimento e o uso de mecanismos *online* para engajamento público da Câmara dos Deputados brasileira e da *House of Commons* britânica (MITOZO, 2018). Desse modo, apresentam-se as propostas mais gerais, que podem ser replicadas em novas pesquisas, sem ater-se às hipóteses, mais específicas em relação ao que a literatura e as práticas dos referidos parlamentos apontavam.

A abordagem apresentada propõe uma análise tanto de elementos qualitativos, como a informação que se pode apreender por meio de documentos e entrevistas com consultores legislativos, quanto a observação quantitativa das próprias ferramentas *online* desenvolvidas. A partir disso, encontram-se elementos da dinâmica interna dos parlamentos responsáveis pelo desenvolvimento dos mecanismos analisados, e são criados índices para avaliar a qualidade das referidas ferramentas.

QUESTÃO DE PESQUISA, OBJETIVOS, CORPUS EMPÍRICO E TÉCNICAS DE COLETA

O modelo analítico aqui apresentado se aplica a uma análise comparativa *cross-case* que busca compreender e avaliar o desenvolvimento de ferramentas de e-participação no seio dos parlamentos. Esse tipo de pesquisa geralmente agrega métodos qualitativos e quantitativos de análise, a fim de evitar “as limitações de ambas as abordagens”, sobretudo na análise de um baixo número total de casos, o que permite investigar “padrões e, ao mesmo tempo, apreender os detalhes de cada caso” (RAGIN; RUBINSON, 2009, p.14).

Baseando-se nas teorias sobre parlamentos, internet e participação política, assim como nas próprias características dos casos selecionados para análise, uma questão de pesquisa (RQ) surge no contexto da compreensão desse fenômeno: Como os parlamentos nacionais têm desenvolvido mecanismos de participação *online*, desde arranjos internos à estruturação das ferramentas e à interação que realizam por meio delas?

Alguns objetivos específicos foram, então, traçados, a fim de se chegar à compreensão geral da problemática estabelecida. Apresentam-se abaixo aqueles que poderiam ser replicados em pesquisas com diversos casos. Essas metas se ligam a cada etapa do processo de investigação.

1) Identificar características institucionais que estão presentes e influenciam o cotidiano do desenvolvimento das ferramentas digitais de engajamento e participação;

2) Construir índices que tornem possível a avaliação de diferentes ferramentas de e-Participação, quanto a estrutura (Índice de Qualidade Estrutural) e utilização interativa (Índice de Qualidade da Interação) que os parlamentos fazem delas;

3) Depreender as características de desenvolvimento dos mecanismos de e-participação nas Casas legislativas em estudo.

Tendo em vista as metas investigativas estabelecidas para a pesquisa, faz-se ne-

cessário coletar um material empírico concernente às iniciativas que possa colaborar com a investigação e o estabelecimento de técnicas adequadas de análise das variáveis. Desse modo, no caso da pesquisa desenvolvida, primeiramente, foram coletados documentos oficiais das Casas legislativas que abordassem as iniciativas, busca feita no website oficial de cada parlamento, por palavras-chave conectadas ao tema, tais como “participação/participation”, “engajamento/engagement”, “e-democracia/e-democracy”, “democracia digital/digital democracy”, “abertura dos parlamentos/parliamentary openness”, “debate público/public debate”, assim como os próprios nomes dados às experiências em análise¹.

Foram também realizadas entrevistas com agentes conectados aos projetos de participação, consultores e parlamentares, nas duas Casas. O método adotado foi o da entrevista semi-estruturada, uma vez que havia necessidade de um roteiro, mesmo que esse devesse ser flexibilizado no decorrer da conversa, a fim de permitir melhor “diálogo com o entrevistado, aprofundando aspectos importantes para a compreensão de seu pensamento [...] sobre os assuntos em pauta” (VEIGA; GONDIM, 2001, p.5). As narrativas desses personagens importam (PRIOR, 2017) e são fontes importantes para o esclarecimento de características como hierarquia e o “complexo jogo entre diferentes atores e interesses em uma dada organização” (CHADWICK, 2011, p.23).

A fim de complementar as informações coletadas tanto por meio dos documentos quanto das entrevistas, realizou-se como técnica auxiliar, ainda, uma breve observação das rotinas de trabalho dentro dos dois parlamentos. Esse estágio de observação foi realizado para tentar depreender algumas dinâmicas internas dos parlamentos e compreender melhor a rotina de produção de iniciativas participativas *online*: como os envolvidos, individualmente, assim como os setores, coletivamente, se comportam em relação ao trabalho que desenvolvem e como as relações que eles mantêm podem influenciar o funcionamento das iniciativas. Todas as informações obtidas a partir dessa pesquisa de campo foram registradas em um “Diário de Bordo” mantido pela pesquisadora. Isso resultou conversas informais, registradas, que contribuíram com uma visão mais geral das dinâmicas internas, uma vez que houve mesmo relatos confidenciais sobre as rotinas de trabalho no parlamento.

Coletaram-se discussões sobre projetos de lei abertas ao público em período similar nos dois parlamentos analisados, mesmo que a partir de diferentes mecanismos: uma Casa Legislativa possuía seu próprio mecanismo, enquanto a outra desenvolvia esses debates via website oficial ou via Twitter.

Vale ressaltar que o modelo analítico, apresentado mais adiante, consiste em observações relativas. A partir delas, depreendem-se as características das ferramentas de cada parlamento e, apenas após os índices alcançados internamente e transformados em um índice geral da Casa por meio de cálculo de médias, realiza-se a análise comparativa entre os casos. Desse modo, a fórmula prevê a diversidade em relação ao volume de discussões entre casos. Isso agrega ao modelo a característica da replicabilidade para outras pesquisas, mesmo que haja limitações, as quais serão reconhecidas e apresentadas mais adiante. Além disso, comparações entre diferentes mecanismos (website e rede social, por exemplo) não

¹ No caso estudado pela tese que originou esta proposta, “Public Reading”, “Portal e-Democracia”, “Laboratório Hacker/LabHacker”, “Twitter”.

seriam novidade no campo, uma vez que outros estudos, especialmente aqueles de deliberação *online* (MAIA; REZENDE, 2016; ESAU *et al.*, 2016), já realizaram esse tipo de investigação, ao estudar comentários postados em páginas no Facebook, no Youtube e em blogs de política. Tais estudos, todavia, não se preocupam com uma análise unificada do desenho de diferentes mecanismos participativos, de que o modelo aqui apresentado pretende dar conta, por isso, optou-se pela diversidade de ferramentas para o estudo.

VARIÁVEIS ANALÍTICAS E TÉCNICAS DE ANÁLISE

Levando em consideração a necessidade de aliar teoria a análise, a fim de desenvolver um modelo a ser replicado, foi tida como base, portanto, a revisão da literatura sobre representação, parlamento aberto e e-participação para a empiria, utilizando técnicas de caráter misto. Desse modo, lançou-se mão de estratégias de análise de conteúdo qualitativa (análise de documentos e entrevistas) e quantitativa (observação de ocorrências de variáveis nas ferramentas, por exemplo, a fim de desenvolver índices avaliativos). A aplicação dessas estratégias permitiu o teste das hipóteses de pesquisa.

Ao observar a literatura e, conseqüentemente, critérios adotados por outras investigações (LESTON-BANDEIRA, 2007, 2009; CHADWICK, 2011; MARQUES, 2008; SILVA, 2011; FARIA, 2012; MITOZO, 2013; BRAGA; MITOZO; TADRA, 2016), percebeu-se, portanto, que a análise deveria contemplar três dimensões das iniciativas participativas: a) as dinâmicas internas dos parlamentos (dimensão qualitativa); b) a qualidade estrutural das ferramentas (primeira dimensão quantitativa); e c) a qualidade de interação proporcionada por esses mecanismos (segunda dimensão quantitativa). A análise possuiu duas partes: a primeira englobava apenas a dimensão qualitativa, composta pelas variáveis explicativas da análise (VIs), enquanto que a segunda consistiu na análise das duas dimensões quantitativas, as variáveis dependentes (VDs), conforme será apresentado nas seções abaixo.

Análise qualitativa

Em um primeiro momento, foram investigadas qualitativamente as dinâmicas internas dos parlamentos quanto ao desenvolvimento de ferramentas *online* de participação e como elas podem influenciar a criação e a gerência de mecanismos desse teor. Analisaram-se, então, nesse momento, os documentos, que podem ser considerados marcos normativos para a instauração de práticas de participação *online* nas Casas legislativas, identificados como essenciais a partir de pesquisa exploratória sobre o histórico de ações em cada parlamento. Essa atividade foi também realizada em relação à seleção das próprias iniciativas investigadas, assim como por menções nas entrevistas. Desse modo, as fontes foram todas oficiais, isto é, provenientes das próprias Casas legislativas em observação. Todos os documentos, de ambos os casos, estavam disponíveis na plataforma *online* e foram salvos.

Nos documentos coletados, portanto, fez-se necessário identificar qual foi o ponto de partida para os projetos já desenvolvidos ao longo dos últimos anos, assim como a capacidade desses textos de contemplar as dimensões do projeto participativo que propõem

e inseri-los no processo legislativo. Para tanto, em um primeiro momento, todos os documentos foram inseridos no *software* Nvivo², a fim de situar contextualmente os materiais. Desse modo, observaram-se: 1) a natureza do documento (Anais da casa, Ato de mesa ou similar, Explicação do mecanismo, Relatório exclusivamente técnico, Relatório técnico-parlamentar); 2) o setor de origem do documento (Político, Técnico, Assinatura mista desses dois campos); 3) a existência de concepção de iniciativa participativa; 4) Menção a financiamento e/ou recursos; 5) os atores mencionados e sua origem (a própria instituição patrocinadora da iniciativa, partido político, setor técnico, sociedade civil organizada, deputado/MP, academia, *business*, outra). Além desses, alguns elementos mais contextuais também foram mapeados, tais como 6) presença de registro histórico (ano do documento, ações prévias etc) e 7) tipo (s) de ação (ões) proposta (s) (*online*, *offline*, mista)³.

Do mesmo modo que os documentos, as entrevistas foram analisadas a partir do *software* Nvivo, pela possibilidade de se identificarem de forma mais precisa as seguintes categorias: 1) atores mencionados e sua origem (a instituição patrocinadora da iniciativa, partido político, setor técnico, sociedade civil organizada, deputado/MP, academia, *business*, outra); 2) papel de atores mencionados; 3) o papel da(o) entrevistada(o) em relação às práticas participativas da instituição legislativa à qual pertence (ou pertencia à época da entrevista); 4) expectativas da(o) entrevistada(o) acerca de melhorias na instituição e na democracia proporcionadas por projetos de participação; 5) visão acerca do(s) projeto(s) de que faz parte; 6) conceito/compreensão de participação do(a) entrevistado(a).

A partir tanto de documentos quanto de entrevistas, portanto, puderam-se depreender, por meio de análise qualitativa de conteúdo, todas as características a serem analisadas em relação às dinâmicas legislativas. Conforme apontado na seção anterior do texto, as informações obtidas a partir do breve estágio de observação dentro das Casas legislativas, em cujos discursos atentou-se para os pontos 4, 5 e 6 observados nas entrevistas, complementaram essa etapa analítica. Do mesmo modo, tentou-se depreender a veracidade de algumas afirmações expostas nas entrevistas e nos documentos, sobre as práticas *online* em foco. As variáveis investigadas nesse momento foram elementos que faziam parte dos nove pontos analíticos estabelecidos por Leston-Bandeira (2007), conforme já se apresentou anteriormente: 1) Contexto democrático (o quão estabelecida está uma democracia); 2) Poderes constitucionais do parlamento; 3) Estrutura institucional; 4) Sistema eleitoral; 5) Relação entre membros do parlamento e grupos parlamentares; 6) Idade do parlamento; 7) Estrutura de trabalho do parlamento (comissões, recursos); 8) Organização administrativa do parlamento (departamentos e relações entre eles); e 9) Recursos humanos e infraestrutura de que a Casa dispõe (p.663).

Dentre eles, encontraram-se, a partir do material analisado, quatro características mais específicas, que contemplaram boa parte das dimensões acima listadas: (1) Institucionalização das iniciativas de participação (2) Envolvimento da Presidência da Casa com as ações de participação; (3) Integração entre setores da casa em torno da(s) iniciativa(s);

² O NVivo é um programa que consiste na análise de dados qualitativos: textos transcritos, áudios, vídeos, páginas na web etc.

³ Vale ressaltar que cada ação foi contada de forma única em cada documento, não importando, portanto, se alguma delas foi mencionada muitas vezes apenas em uma peça.

e (4) Tipo de relação mantida entre parlamentares e representados, derivada da magnitude do distrito eleitoral. Elas foram estabelecidas, sobretudo, de modo indutivo, a partir do material em análise. Essa estratégia foi utilizada porque, embora tenha havido uma dedução a partir do que tem apresentado a literatura revisada, não havia indicativos prévios mais específicos que aqueles do trabalho de Leston-Bandeira (2007) e de Chadwick (2011), em que essa parte da empiria se baseou.

Análise quantitativa

A segunda parte consistiu na investigação de como as ferramentas participativas vinham funcionando. Esta etapa consistiu em uma análise de conteúdo quantitativa, a fim de se observar estrutura e funcionamento das iniciativas, depreendendo a qualidade de interação das Casas legislativas por meio delas. Logo, deve-se ressaltar que não se pretendeu com a pesquisa ter os cidadãos e suas interações como foco, mas, sim, fazer um estudo de como o parlamento, seu corpo técnico e político, mediante toda sua burocracia, se comporta em relação a essas ferramentas, desde sua elaboração ao uso que fazem dos mecanismos.

As duas dimensões quantitativas da análise, apresentadas mais acima, ligam-se a esta parte da empiria, constituindo indicadores quantificáveis. Esses índices foram estabelecidos a partir de estudos anteriores (BRAGA; MITOZO; TADRA, 2016; LESTON-BANDEIRA, 2009; MARQUES, 2008; SILVA, 2011; MITOZO, 2013; SCHEDLER, 1999; CAMPOS-DOMÍNGUEZ, 2011; GOMES, 2011; DAHLBERG, 2004), que procuraram depreender características de websites parlamentares, tendo em vista a aplicabilidade para avaliação de mecanismos que possuam formatos distintos, abrigados na plataforma *online*.

Desse modo, objetivou-se depreender, primeiramente, o Índice de Qualidade Estrutural das iniciativas (IQEi), calculado a partir da observação de oito variáveis, a saber: (1) Publicidade a partir de interface com TV ou rádio institucionais; (2) Publicidade a partir de interface com (outras) redes sociais institucionais; (3) Apresentação de ações/resultados da iniciativa (responsividade); (4) Informações gerais sobre o manejo da ferramenta; (5) Informações gerais sobre o tema em debate; (6) Informações especializadas sobre o tema em debate (por exemplo, publicações acadêmicas); (7) Materiais de convite à participação (como *banners*); (8) Outros canais participativos. Todos esses indicadores foram quantificados como variáveis binárias, em que “presença” equivalia a 1 e “ausência”, a zero, de modo que o índice foi obtido pela média de ocorrência das variáveis por iniciativa, isto é, a soma dos resultados de cada variável, dividida pelo número total delas (oito), a fim de se obter um valor entre 0 e 1, conforme a fórmula exposta abaixo:

Quadro 1 – Índice de Qualidade Estrutural da Iniciativa

$$IQEi = \frac{\sum \text{Indicadores}}{8}$$

Fonte: a autora.

Foi calculada, ainda, a soma dos índices de todas as iniciativas de cada Casa legislativa analisada, dividido pelo total delas, a fim de depreender um índice geral por parlamento (IQEp), uma vez que um dos casos possuía mais de uma ferramenta em análise.

Quadro 2 – Índice de Qualidade Estrutural da Casa Legislativa

$$IQEp = \frac{\sum IQEi}{\sum Iniciativas da casa}$$

Fonte: a autora.

Para chegar ao Índice de Qualidade da Interação dos parlamentos (IQIp), considerando-se as diferenças de plataforma em que as discussões se desenvolveram nas iniciativas das Casas estudadas, foram estabelecidos cinco indicadores: (1) Existência de perfil institucional da Casa Legislativa para interação na ferramenta; (2) Intensidade de interação entre perfil institucional da Casa e cidadãos; (3) Existência de perfis institucionais dos parlamentares na ferramenta (ou que curtiam o perfil institucional da Casa Legislativa na ferramenta, no caso do Twitter)⁴; (4) Proporcionalidade de parlamentares com perfil institucional cadastrado (ou a curtir o perfil institucional da respectiva Casa) na ferramenta, em relação ao número total de cadeiras nas Casas; (5) Intensidade de interação entre perfis parlamentares e cidadãos.

Os indicadores relativos à existência dos perfis na ferramenta, seja institucional da Casa (1) ou institucional dos parlamentares (3), constituem-se como variáveis binárias, a que se aplicaram apenas a classificação “presença” ou “ausência”, quantificadas, respectivamente, como 1 (um) e 0 (zero). No caso do Twitter, contabilizaram-se apenas os perfis dos parlamentares a seguir os perfis institucionais da Casa legislativa em que atuam, que promoveram as discussões estudadas.

A intensidade de interação do perfil institucional coletivo (INTc) (p.ex. Equipe e-Democracia) foi alcançada pela reciprocidade (DAHLBERG, 2004) identificada nos perfis institucionais: o número de respostas a usuários que esse perfil realizou nos fóruns de discussão, seja pela resposta a apenas outro perfil ou a um conjunto deles, ou de respostas e *retweets* realizados na ferramenta Twitter. Esse resultado foi dividido pelo número de fóruns ou discussões por meio de *hashtags* observados, multiplicado por 10.

Nessa divisão, deve-se estabelecer o limite de variação entre zero e 1 (um), mesmo que haja mais interação que a exigência máxima deste modelo, de apenas uma média de 10 (dez) interações por discussão, como ocorreu no caso brasileiro estudado. Essa escolha metodológica se deu já prevendo a possibilidade de poucos casos com valores mais altos quanto à intensidade de interação por parte dos perfis institucionais coletivos, e tendo em

⁴ Adota-se essa nomenclatura na explicação das variáveis pelo fato de que não se considerarão perfis não identificados como Integranes do Parlamento, observação que se aplica, especialmente, para a análise do Twitter, em que parlamentares podem ter perfis pessoais e perfis identificados como aqueles usados para interagir na condição de representante, o que se considera nesta tese “institucional”. Ademais, a estratégia serviu para evitar contar homônimos (perfis de pessoas com mesmo nome de parlamentar ou que possam ter usado o nome de um dos representantes como codinome, atividade muito comum no Twitter, p.ex.) nas iniciativas tomadas para análise, o que será explicitado mais adiante.

vista a replicabilidade da metodologia para a análise de outros casos, posteriormente. Do mesmo modo, procurou-se não atribuir mais peso à atividade do setor consultivo que àquela realizada pelos parlamentares.

Quadro 3 – Intensidade de interação do perfil institucional da Casa Legislativa (INT_C)

$$INT_C = \frac{\sum \text{Respostas ou Retweets do perfil institucional}}{\sum \text{Fóruns ou hashtags (x10)}}$$

Fonte: a autora.

À intensidade de interação realizada pelos perfis de parlamentares (INT_i), aplicou-se fórmula distinta, considerando o número total de interações dividido pelo número de parlamentares engajados com as ferramentas ou os perfis na rede Twitter. Essa fórmula foi elaborada visando a expectativa de média de 1 (uma) interação por perfil parlamentar⁵.

Quadro 4 – Intensidade de interação dos perfis parlamentares (INT_i)

$$INT_i = \frac{\sum \text{Respostas ou Retweets dos perfis parlamentares}}{\sum \text{Perfis de parlamentares}}$$

Fonte: a autora.

Deve-se ressaltar, ainda, que as postagens para iniciar tópicos não foram contadas como interação. Do mesmo modo, não foi contado quando o perfil interagiu com ele mesmo (resposta à própria mensagem, como complemento da informação previamente compartilhada).

Quanto à proporcionalidade de perfis de parlamentares existentes nas ferramentas em relação ao total de cadeiras da Casa, foi aplicada uma divisão simples para cada parlamento do número de perfis parlamentares pelo total de cadeiras na Casa. Optou-se pela consideração apenas da legislatura em atuação de cada Casa, com dados referentes à formação das câmaras em uma determinada data, tendo em vista a alta migração em um dos casos (a Câmara dos Deputados brasileira).

A fim de depreender o Índice de Qualidade da Interação institucional por meio das iniciativas participativas em análise, realizou-se uma soma do resultado de cada indicador e dividiu-se pelo número total de indicadores (5), obtendo-se, portanto, um valor entre 0 (zero) e 1 (um). Desse modo, valores mais próximos de 1 indicam maior qualidade e, de zero, uma interação mais deficitária, por meio das ferramentas de que o parlamento lança mão.

⁵ Levando em conta as rotinas dos parlamentos, a pesquisa partia de exigências mínimas, a fim de depreender se parlamentos e parlamentares estão minimamente atentos ao engajamento com o público por meio das próprias ferramentas institucionais.

Quadro 5 – Índice de qualidade de interação, por iniciativa

$$IQIi = \frac{\sum \text{Indicadores}}{5}$$

Fonte: a autora.

O cálculo desse índice foi aplicado tanto por iniciativa, conforme apresentado acima, quanto para a construção de um índice geral de cada Câmara analisada, a partir da soma de todos os índices de qualidade de interação institucional obtidos, dividida pelo número de iniciativas analisadas, por parlamento.

Quadro 6 – Índice de Qualidade de Interação Institucional, por Casa Legislativa

$$IQIp = \frac{\sum IQIi}{\sum \text{Iniciativas da casa}}$$

Fonte: a autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenho da pesquisa, aqui apresentado, percebe-se que as instâncias investigadas – isto é, (1) as dinâmicas internas do parlamento, (2) a qualidade estrutural da ferramenta e (3) a qualidade de interação institucional por meio da iniciativa –, podem compor etapas de desenvolvimento de iniciativas de e-participação em Casas legislativas, o que abrange, portanto, das etapas prévias àquelas mais diretamente ligadas ao desempenho das ferramentas.

Deve-se ressaltar que apenas a partir da observação da análise completa é possível identificar essas características, percebendo a conexão entre cada instância observada, de acordo com as hipóteses estabelecidas para o desenvolvimento da investigação original (cf. MITOZO, 2018).

Uma das limitações da pesquisa, entretanto, foi não poder afirmar que há correlações entre as variáveis qualitativas e quantitativas, pois seria uma tarefa arbitrária atribuir valores àquelas variáveis concernentes às dinâmicas das Casas, indutivamente encontradas e analisadas. Por outro lado, pode-se dizer que há associações entre os pontos analisados, o que se constituiu pelas próprias características de desenvolvimento das iniciativas depreendidas de cada parlamento em estudo⁶.

A contribuição que a pesquisa cujo desenho metodológico se apresentou traz ao campo de estudos é aliar a observação interna de como os parlamentos produzem inicia-

⁶ Na pesquisa original, é apresentado um quadro sobre as relações encontradas entre etapas qualitativas e quantitativas de elaboração e uso das ferramentas em estudo (cf MITOZO, 2018).

tivas de engajamento e participação *online* ao próprio uso das ferramentas. Isso se constitui como uma abordagem original no campo, tendo em vista que pesquisas anteriores se concentraram em sugerir variáveis empíricas, analisar algumas delas individualmente, ou estudar um caso (LESTON-BANDEIRA, 2007, 2014; CHADWICK, 2011). Ademais, a análise propõe índices avaliativos das ferramentas, outro ganho, considerando a utilização de mecanismos distintos (no caso, websites próprios e Twitter) e equilibrando as demandas apontadas pela literatura e as rotinas dos parlamentos na construção de indicadores que caracterizem um mecanismo eficiente.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, S.; MITOZO, I.B.; TADRA, J. As funções educativas dos e-parlamentos: uma análise longitudinal do caso brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, 2016.
- CAMPOS-DOMÍNGUEZ, E. *El desarrollo de la ciberdemocracia en el Congreso de los Diputados: la comunicación e interacción entre ciudadanos y parlamentarios a través de internet (2004-2008)*. Universidad Complutense de Madrid, Servicio de Publicaciones, 2011.
- CHADWICK, A. Explaining the failure of an *online* citizen engagement initiative: The role of internal institutional variables. *Journal of Information, Technology & Politics*, v.8, n.1, p.21-40, 2011.
- DAHLBERG, L. *Net-Public Sphere Research: Beyond The "First Phase"*. Javnost - The Public, n.11, v.1, p. 27-43, 2004.
- ESAU, K. FRIESS, D.; EILDERS, C. Design matters! An empirical analysis of *online* deliberation on different news platforms. Trabalho apresentado no IPP2016: The platform Society, 22-23 September 2016, University of Oxford, United Kingdom.
- FARIA, C.F. *O Parlamento aberto na era da internet: Pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis?* Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- GOMES, W. Participação política *online*: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, R.C., GOMES, W., MARQUES, F.P.J. (Orgs.). *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- HAMLIN, C. Breve metametodologia das Ciências Sociais. *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social*, Ano 1, n.1, Argentina, 2011.
- LESTON-BANDEIRA, C. The Impact of the Internet on Parliaments: a Legislative Studies Framework. In: *Parliamentary Affairs*, v. 50, n. 4, pp. 665-674, Ago/2007.
- MAIA, R.C.; REZENDE, T.A.S. Respect and Disrespect in Deliberation across the Networked Media Environment: Examining Multiple Paths of Political Talk. *Journal of Computer-Mediated Communication – ICA*, v.21, p.121–139, 2016.
- MARQUES, F.P.J.A. *Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participa-*

ção civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do Estado brasileiro (PHD Thesis). Salvador: UFBA, Faculdade de Comunicação, 2008.

MITOZO, I.B. *Participação e deliberação em ambiente online: um estudo do Portal e-Democracia*. Dissertação [Mestrado em Comunicação], Universidade Federal do Ceará, 2013.

_____. *E-Participação nos Parlamentos: Desenvolvimento e uso de iniciativas pela Câmara dos Deputados brasileira e pela House of Commons britânica*. Tese [Doutorado em Ciência Política], Universidade Federal do Paraná, 2018.

PRIOR, A. "This infinite variety of forms": how Parliament, and political science, can better understand and encourage political engagement through the use of narratives. Trabalho apresentado no Encontro Anual da PSA, Glasgow – UK, 2017.

RAGIN, C. *La construcción de la investigación social: Introducción a los métodos y su diversidad*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007/1994.

RAGIN, C.; RUBINSON, C. The distinctiveness of Comparative research. In: LANDMAN, T; RUBINSON, N. (Eds.). *The Sage Handbook of Comparative Politics*. Sage, 2009.

SCHEDLER, A. Conceptualizing Accountability. IN: SCHEDLER, A.; DIAMOND, L.; PLATTNER, M.F. (Orgs.) *The self-restraining State: Power and Accountability in New Democracies*. London: Lynne Rienner Publishers, 1999.

SILVA, S.P. Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. In: MAIA, R.C.; GOMES, W.; MARQUES, F.P.J. *Internet e Participação política no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2011, p. 123-146.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M.G. A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. *Opinião Pública*, Campinas, v. 7, n.1, pp. 1-15, 2001.

Submetido em 25/08/2018

Aceito em 11/09/2018

SOBRE A AUTORA

Isabele Batista Mitozo é Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora em estágio de pós-doutorado no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD – UFBA).
E-mail: ibmitozo@gmail.com.